

# CECILIA MEIRELES E A LAICIDADE: UMA INTELLECTUAL NO DEBATE EDUCACIONAL NOS ANOS 1930

DOI: 10.5935/2177-6644.20180021

CECILIA MEIRELES AND  
SECULARISM: AN INTELLECTUAL  
IN THE EDUCATIONAL DEBATE IN  
THE 1930S

CECILIA MEIRELES Y LA  
LAICIDAD: UNA INTELLECTUAL EN  
EL DEBATE EDUCATIVO EN LOS  
AÑOS 1930

Federico AlvezCavanna\*

Laís Araújo Leite\*\*

**Resumo:** Cecília Meireles teve uma intensa intervenção política nos debates em relação a “questão da laicidade” que aconteceram na década de 1930 enfrentando o decreto 19.947 do “Sr. Ditador” e do Ministro Francisco Campos que determinou -em 1931- o retorno do ensino religioso na escola pública brasileira. Utilizamos como fonte documental os textos que a intelectual publicou na sua coluna *Página de Educação* do Jornal Diário de Notícias de Rio de Janeiro entre 1931 e 1933. Nos interessa destacar a noção do conceito de “escola laica” que defendia Meireles e seus principais pontos de antagonismo com o projeto de Vargas. Também seu papel como mulher e intelectual no enfrentamento a concepções “dogmáticas” que impunham e geravam segregações na escola e na sociedade brasileira na disputa de interesses em relação ao espaço público escolar.

**Palavras-chave:** Laicidade. História dos intelectuais. Cecília Meireles.

**Abstract:** Cecília Meireles had an intense political intervention in the debates regarding the "secular issue" that happened in the 1930s facing 19.947 decree of "Mr. Dictator" and the Minister Francisco Campos who determined - in 1931 - the return of religious education in the Brazilian public school. We used as documentary source the texts that the intellectual published in her column Education Page of the Newspaper of Rio de Janeiro's Journal between 1931 and 1933. Our proposal is to evidence the notion of the "secular school" concept that defended Meireles and its main points of antagonism with Vargas' project. Moreover, her role as a woman and intellectual in the confrontation with "dogmatic" conceptions that imposed and generated segregation in the Brazilian school and society in the contest of interests concerning the public school space.

**Keywords:** Secularism. Intellectual history. Cecília Meireles.

**Resumen:** Cecília Meireles tuvo una intensa intervención política en los debates en torno a la “cuestión de la laicidad” que acontecieron en la década de 1930 enfrentando al decreto 19.947 del “Sr. Dictador” y del Ministro Francisco Campos que determinó -en 1931- el retorno de la enseñanza religiosa en la escuela pública brasileña. Utilizamos como fuente documental los textos que la intelectual publicó en su columna *Página de Educação* del Diario de Noticias de Rio de Janeiro entre 1931 y 1933. Nos interesa destacar la noción del

\* Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná - UFPR. Professor do mestrado profissional em Ensino de História – ProHistória da Universidade Estadual do Paraná– Unespar. E-mail: federico.alvez@unespar.edu.br

\*\*Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Paraná – Unespar, campus Paranaguá. E-mail: laisaraujoleitee@gmail.com

concepto de “escuela laica” que defendía Meireles e sus principales puntos de antagonismo con el proyecto de Vargas. También su papel como mujer e intelectual en el enfrentamiento a concepciones “dogmáticas” que imponían segregaciones en la escuela y en la sociedad brasileña en la disputa de intereses en relación al espacio público escolar.

**Palabras clave:** Laicidad. Historia de los intelectuales. Cecilia Meireles.

Um capítulo destacado do secular confronto de projetos em torno à laicidade aconteceu nas décadas de 1920 e 1930 quando a Igreja Católica não media esforços para propagar seus princípios através da militância do *laicato* com o objetivo de “recatolizar”<sup>1</sup> o país. Neste texto pretendemos analisar anos da década de 1930 enfrentando o decreto 19.947 do “Sr. Ditador”<sup>2</sup> e do Ministro os debates em torno à “questão da laicidade” realizados por Cecília Meirelles nos primeiros Francisco Campos que determinou o retorno do ensino religioso<sup>3</sup> nas escolas públicas. A décadas de 1920 e 1930 foram palco de grandes mudanças que podem ser sintetizadas como:

[...] transformações decisivas nos planos econômico (crise do setor agrícola voltado para a exportação, aceleração dos processos de industrialização e urbanização, crescente intervenção do Estado em setores chaves da economia, etc.), social (consolidação da classe operária e da fração de empresários industriais, expansão das profissões de nível superior, de técnicos especializados e de pessoal administrativo nos setores público e privado, etc.), político (revoltas militares, declínio político da oligarquia agrária, abertura de novas organizações partidárias, expansão dos aparelhos do Estado, etc.) e cultural (criação de novos cursos superiores, expansão da rede de instituições culturais públicas, surto editorial, etc.) (MICELI, 1979, p. XVI).

Utilizaremos como fonte documental os artigos publicados na *Página de Educação* do Jornal Diário de Notícias de Rio de Janeiro<sup>4</sup> desde onde Meirelles apontou suas armas

<sup>1</sup> Para atingir este estágio de organização o grupo que dirigia a igreja católica no Brasil se mobilizou desde meados do século XIX com objetivo de constituir seu grupo para combater os anticlericais e principalmente divulgar aos brasileiros as ideias advindas dos documentos dos pontífices. CAMPOS, 2007, p. 177

<sup>2</sup> Inicialmente Meirelles tinha apoiado a Revolução de 1930: “agora, que a Revolução vitoriosa constrói com os homens que resistiram aos males do regime uma época diferente, agora que a política e o magistério caminharão paralelamente com eficácia” (Política e pedagogia. Em MEIRELES 2001, Tomo III, p. 11.

<sup>3</sup> Art. 1. Fica facultado, nos estabelecimentos de instrução primária, secundária e normal, o ensino de religião.  
Art. 2. Da assistência às aulas de religião haverá dispensa para os alunos cujos pais ou tutores, no ato da matrícula, a requererem.

Art. 3. Qualquer dúvida que possa surgir a respeito da interpretação deste decreto poderá ser resolvida de comum acordo entre as autoridades civis e religiosas, a fim de dar à consciência das famílias todas as garantias de autenticidade e segurança do ensino religioso ministrado nas escolas oficiais”. Assinado no 30 de abril de 1931 por Getúlio Vargas e Francisco Campos.

<sup>4</sup> A Fundação da Biblioteca Nacional e o Ministério da Cultura editaram no ano 2001 cinco tomos reunindo os escritos de Cecília Meireles nesse período que utilizaremos como fonte nesse estudo.

em favor da laicidade da escola considerando que “é justamente em atenção aos sentimentos de fraternidade universal que a escola moderna deve ser laica”<sup>5</sup>. Segundo a pesquisadora Valéria Lamego (1996, p. 65):

O ensino religioso feria dois princípios básicos defendidos por aqueles que ensaiavam a modernização do ensino. Arranhava a ideia de liberdade individual, pois através da catequese são impostas regras e leis morais. Além disso, os debates sobre a formação do indivíduo e de sua personalidade e sobre as liberdades individuais gravitavam em torno de outro tema muito admirado pela autora: o da fraternidade universal. Neste terreno, o decreto do ensino religioso e posteriormente as aulas de Moral e Cívica, altamente nacionalistas comprometiam [...] o pensamento universalista não-sectário.

Cecília Meireles amplamente reconhecida por seu envolvimento como poetisa modernista também teve uma destacada faceta como mulher com posição (ou oposição) política, crítica jornalística e por seu enfrentamento intelectual ao primeiro governo de Vargas. Com olhar de uma intelectual renovadora e com compromisso social exerceu o jornalismo durante o período de 1930 a 1933 dirigindo a Página da Educação no Jornal Diário de Notícias assumindo que o “jornal tinha substituído a biblioteca”<sup>6</sup> representando um espaço privilegiado para a disputa entre visões e projetos de país e ponte com a população. Desde essa trincheira expressou as ideias de uma educação “livre e moderna” em confronto com o tradicionalismo representado pelo *jesuitismo* educacional brasileiro.

O jornal Diário de Notícias foi lançado em junho de 1930 e era dividido em várias seções, dentre elas, havia uma página dedicada totalmente a questão da educação (Página da Educação) destaque para o tema que nenhum outro jornal da época possuía. No entanto, a educação era um assunto central<sup>7</sup> de intelectualidade e do governo na época que criou em novembro de 1930 o *Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública* sendo Francisco Campos o primeiro ministro escolhido sob grande pressão da Igreja Católica. Desde essas páginas, Meireles recusou pensar o destino do Brasil como uma Nação Católica, a “Terra da Cruz, a República de Jesus, sob tutela eclesiástica”(BALHANA, 1981, p. 30) direcionada a um saber único, revelado e dogmático propõe uma educação com “livre-exame, dos princípios que fossem mais condizentes com as suas aspirações

<sup>5</sup> MEIRELLES, Cecília. “Como se originam as guerras religiosas”. 02/05/1931. Em LAMEGO, 1996, p. 164.

<sup>6</sup> MEIRELLES, Cecília. “A responsabilidade da imprensa” 23/09/1930. Em, LAMEGO, 2016, p. 18.

<sup>7</sup> “A educação da mocidade. O nosso mais urgente problema. Aquele de que tudo dependeria. Aquele que seria a possibilidade da nossa salvação”. MEIRELLES, Cecília. 2001, Tomo 3, p. 112.

como humano, dentro de uma perspectiva evolucionista do social e do espiritual”(BALHANA, 1981, p. 29).

Defensora de uma educação laica, Meireles mostra-se pronta a enfrentar a Igreja e defender um Estado democrático onde todos pudessem ter acesso ao saber sem limites religiosos. Durante os três anos de Cecília Meireles na Página da Educação são muito variados os temas tratados em seus textos jornalísticos defendendo os princípios que serão plasmados no Manifesto dos Pioneiros que também assinará em 1932 denunciando os perigos do nacionalismo extremo (defendendo um projeto nacional de escola moderna), a paz (em relação à revolução paulista de 1932), as liberdades individuais em oposição a todos os sectarismos e dogmatismos.

Assim, deu uma grande abertura para que pudessem ser discutidas as questões da Escola Nova trazendo ao debate público o caráter transformador de ensino no papel social do Estado na formação do cidadão. Afirmava em 1931 que

[...] o verdadeiro sentido das reformas educacionais modernas se baseia na necessidade de permitir o desenvolvimento normal e completo das criaturas, que a organização social tem, até aqui desigualmente contemplado, criando, dentro de uma mesma humanidade, separações, inferioridades, desequilíbrios de toda espécie<sup>8</sup>.

A ideia progressista de educação que Meireles acreditava, era uma escola pública e laica e para isso era central a co-educação dos sexos e o posicionamento dos educadores perante um momento transformador para o país e que “ante uma grande possibilidade de melhorar a vida por uma violenta alteração da ordem das coisas, todos os educadores devem sentir-se e querer ser revolucionários”<sup>9</sup>. Nota-se que Cecília Meireles foi e continua sendo uma grande representante do olhar para a escola como um ambiente que possa ser capaz de ensinar sem qualquer tipo de doutrinação ou coerção, um ambiente que seja saudável e que combata a segregação.

### **O debate educacional no Brasil de início dos anos 30**

O ensino religioso é tema de debates na educação desde o período colonial marcado pelo predomínio absoluto do ensino católico que acabou sendo oficializado em 1824. Somente com a chegada do período republicano em 1891 o Brasil tornou-se laico. Segundo

<sup>8</sup> MEIRELES, 2001, tomo III, p. 08 “O Ministério do Trabalho e a educação”. 07/11/1930.

<sup>9</sup> MEIRELES, 2001 tomo III, p. 138. “Educação e Revolução”. 31/10/1930

Cury (2010, p. 12) a laicidade postula a autonomia a esfera religiosa e o Estado “o que, por sua vez, abre os espaços para não imposição de qualquer ortodoxia e para liberdade de consciência, de culto e de expressão religiosa”. Na década de 1920 começam algumas transformações que atacam o princípio da laicidade com a

[...] revisão constitucional de 1926 marcou o retorno do debate político sobre o ensino religioso católico nas escolas públicas e, muito embora não tenha havido mudanças na Constituição, alguns estados passaram a legislar de forma independente sobre essa matéria, inclusive em desacordo às normas constitucionais vigentes. Em 1928, Minas Gerais foi o primeiro estado a garantir que o ensino religioso católico seria ministrado nos horários regulares das aulas semanalmente [...] (DINIZ, LIONÇO; CARRIÃO, 2010, p. 39-40).

A Igreja Católica rearticulou suas estratégias com a utilização da imprensa nos debates públicos com destaque para a Revista *A Ordem*<sup>10</sup> e posteriormente com a Liga Eleitoral Católica (Rio de Janeiro, 1932) e a Confederação Católica Brasileira de Educação<sup>11</sup> com a finalidade de combater os processos de secularização na cultura, os socialismo, o liberalismo e os movimentos de renovação pedagógica defendendo como ponto central o ensino religioso nas escolas e o catolicismo como religião oficial de uma “autêntica tradição brasileira”(MICELI, 1976, p. 52). A imprensa dirigida pela Igreja católica tinha como objetivo combater a “má imprensa” que não obedecia os princípios do catolicismo e seus dogmas de fé.

Os debates políticos do período de 1930 interferiram diretamente em todas as instâncias sociais do país, a educação, por exemplo, era uma das mais fortes pautas de um governo que precisava se fortalecer. Segundo Lamego (1996, p. 34), entendiam que “era preciso pensar e construir o Brasil, e nada melhor para pensar o Brasil e dirigi-lo rumo à modernidade do que atacar e mapear a educação”. Nesta década a estratégia da Igreja Católica ultrapassou o debates educacionais e foi intensa nas suas pretensões de influenciar nas decisões do Estado como união entre “a cruz e a espada”: congressos (o Congresso

---

<sup>10</sup> Fundada em 1921 e publicada até 1988. “Muitos dos debates travados por esses intelectuais na revista giravam em torno de críticas ao liberalismo, ao socialismo e às ideias renovadoras sobre educação e pedagogia. Ao envidar esforços nos campos da cultura e da política para aumentar a influência da Igreja Católica na sociedade, esses intelectuais deram os primeiros passos no processo que ficou conhecido como “restauração católica”. GOMES, Á. Essa; KORNIS, M. Centro; RODRIGUES, C. Ordem; VELLOSO, M. Ordem (v. 21, 1978). VILLAÇA, A. Pensamento.

<sup>11</sup> A Confederação Católica Brasileira de Educação (C.C.B.E.) foi fundada em 1933 por Everardo Backheuser, após os intelectuais católicos abandonarem a Associação Brasileira de Educação (A.B.E.) por ocasião da publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932)

Arquidiocesano em 1931), banquetes (Bernardes oferece um jantar no Itamaraty em homenagem ao Cardeal Arcoverde), procissões solenes (em homenagem a Nossa Senhora Aparecida, “padroeira oficial do Brasil” em 1931), solenidades (inauguração do monumento ao Cristo Redentor no Corcovado)...”(MICELI, 1976, p. 52).

Em relação ao campo educacional a Igreja Católica sentiu-se ameaçada por dois motivos: a influência dos métodos pedagógicos inspirados no pragmatismo de Dewey denunciando a ‘infiltração’ dos educadores profissionais nos cargos de gestão em todos os níveis do sistema de ensino, as autoridades eclesiásticas se empenharam em defender seus interesses mediante a criação de um circuito de instituições [...]”(MICELI, 1976, p. 53). Esses “educadores profissionais” são o segundo motivo de perigo como “concorrentes do Estado (a Igreja Católica e as denominações protestantes, importantes investidores no sistema de instituições educacionais em torno dos rumos que deveriam tomar as reformas do sistema de ensino” (MICELI, 1976, p. 167).

Essa discussão sobre pensar um novo modelo de educação trazia nomes como: Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Lourenço Filho e Cecília Meireles. Intelectuais que tinham como ideal geral de educação a Escola Nova, um caráter transformador de educação que trataria de repensar diversos papéis sociais como, família, igreja e Estado na educação dos cidadãos. Repensar o papel da família, da igreja e do Estado sobre a educação, não era um dos melhores assuntos para uma sociedade que estava dando início a um novo regime.

Logo, tratar sobre a laicidade do Estado, despertou prontamente o interesse de diversos grupos com interesses próprios acerca da educação brasileira, principalmente o interesse da igreja, que logo mais faria um acordo com o governo provisório de Getúlio Vargas, que precisava estabelecer seu regime no país e para tanto precisaria do apoio das massas, então nada seria melhor do que ter o apoio do órgão com mais poder de força mobilizadora no país, a Igreja Católica, que então assumiria um papel importante na educação, papel este perdido desde a nova república, quando a laicidade ganhou seu espaço e estabilização no Estado

Nesse momento definido nas palavras de Meireles como “confuso da Revolução” é que “[...] apareceu também aquele decreto sobre o ensino religioso, de autor ignorado, e finalidades suspeitas [...]” (MEIRELES, 2001, Tomo 3, p. 99).<sup>12</sup> que significou o momento

---

<sup>12</sup> “O decreto facultando o ensino religioso, desde que o inventaram e atribuíram ao sr. Francisco Campos (pois eu ando ficando convencida de eu ele não é o autor) ...”. MEIRELES, 2001, Tomo 3, p. 79.

da volta da Igreja Católica ao cenário escolar de forma oficial “ciente de sua própria força, consciente da instabilidade do Governo Provisório, ela mobiliza –se não só para a segurança de seu futuro, como para se propor ao regime como instrumento de manutenção da ordem”(CURY, 2010, p. 24). A igreja instituiu paralelamente ao Governo uma “comissão de notáveis católicos” que terá entre seus postulados a temática do ensino religioso e cujo assistente religioso será o padre Leonel França quem terminará por “redigir a exposição de motivos e a fórmula do decreto” (CURY, 2010, p. 25).

Como porta voz da modernização do ensino, não somente tratava sobre educação em seus comentários como também falava sobre arte, nacionalismo, mulher e revolução. Mas o ponto chave de Cecília que nunca ficava de fora em nenhum de seus comentários, mesmo quando suas publicações tratavam sobre arte ou feminismo de algum modo ele acabava por envolver a educação. Apostava em métodos da Escola Nova, os quais tinham o objetivo de fazer a aproximação dos pais com a escola e com professores, com o intuito de manter esses pais no cotidiano escolar e na elaboração de críticas. Estes novos métodos de dinâmica escolar não foram bem quistos tanto pelos pais quanto pelos professores que ainda se sentiam presos à velha rotina e didática tradicional de ensino. Em seu comentário na Página da Educação, Cecília escreve sobre esta dificuldade:

Uma família não esclarecida contrária, sem querer, o trabalho da escola, pretendendo ajudar o professor e imprimindo à criança uma orientação de outros tempos, em absoluto desacordo com o que a escola lhe deseja oferecer nos dias de hoje [...] Há o corpo docente, por exemplo, geralmente composto de elementos heterogêneos, com pequenas visões individuais, e grandes convicções de infalibilidade. [...] Elementos muitas vezes intolerantes dentro de meia dúzia de coisas que aprenderam, da Escola Nova, e tendendo vertiginosamente para uma rotina talvez ainda pior que a da Velha Escola<sup>13</sup>.

Os novos educadores, simpatizantes da Escola Nova, preocupavam-se com a liberdade de cada indivíduo e lutavam por uma escola onde questões como preconceitos étnicos, econômicos, sociais e religiosos fossem definitivamente excluídos. Mas os discursos sobre as liberdades dos indivíduos eram recebidos com forte oposição na política educacional, e isso ficou mais evidente com o decreto de 1931 quando o ensino religioso foi instituído como disciplina em todas as escolas públicas. Para Cecília Meireles e todos os pensadores da Escola Nova, a escola deveria se isentar de qualquer participação

<sup>13</sup> MEIRELES, “Uma pergunta difícil”. 21/03/1931. Em LAMEGO, 1996, p.156.

religiosa. No mesmo ano após o decreto, Cecília Meireles escreve na Página da Educação no comentário “Questão de Liberdade”<sup>14</sup>:

O regime atual que tanto tem invocado a Liberdade como sua padroeira, nos coloca nas velhas situações de rotina, de cativo e de atraso que aos olhos atônitos do mundo proclamarão, só por si, o formidável fracasso da nossa malograda revolução [...] Num regime como o que desejamos, os homens adquirem sua liberdade por meio justamente da educação. É preciso facilitar-lhes a evolução, o desenvolvimento, as capacidades. [...] Veio o Sr. Francisco Campos com o seu feixe de reformas na mão. E, em cada feixe, pontudos espinhos de taxas. Foi mesmo mais uma reforma de preços, que tivemos. E esperávamos uma reforma de finalidades, de ideologia, de democratização máxima do ensino, da escola única - todas as coisas que a gente precisa aprender antes de ser ministro da Educação. Depois veio o decretozinho do ensino religioso. Um decretozinho provinciano, para agradar a alguns curas, e atrair algumas ovelhas [...]. Porque não se acredita que nenhum espírito profundamente religioso – qualquer que seja a sua orientação religiosa - possa receber com alegria esse decreto em que fermentam os mais nocivos efeitos para a nossa pátria e para a humanidade.

Este artigo marca o início da luta contra as estratégias do governo e da Igreja católica, que, para Cecília, eram um grande obstáculo para a Escola Nova em particular e desde um olhar mais amplo. Numa visão de meio prazo “[...] de 1889 pra cá é preciso que se compreenda assim, porque se estabeleceu que o Brasil passava a ser uma democracia”<sup>15</sup> que nunca chegou a se concretizar. Esse debate entre democracia e autoritarismo encontra as pretensões da Igreja para com a educação seguiam num caminho totalmente contrário as propostas da Escola Nova, que enfatizava a total liberdade do ser humano a autonomia para a própria escolha religiosa. Já a Igreja separava as pessoas por seus credos, etnias e por raças e o combate de Meireles era a luta incessante contra todo o tipo de repressão que pudesse se instalar no ambiente escolar e na sociedade como um todo.

Para os Escolanovistas o ensino religioso era uma maneira autoritária de controle e burlava o decreto vigente da Constituição de 1981, e atingia de forma grosseira princípios defendidos pelos que lutavam pela modernização da escola e interferia no campo da liberdade individual de cada cidadão. O decreto do ensino religioso causou imenso conflito entre Igreja e educadores. Para Fernando de Azevedo a maneira como o decreto foi executado era um dos maiores problemas, “numa atmosfera carregada de suspeitas e prevenções”. Já a Igreja, não deixava esconder seu contentamento e apoio ao novo regime,

<sup>14</sup> MEIRELES, “Questão de liberdade”. 06/05/1931. Em LAMEGO, 1996, p. 165.

<sup>15</sup> MEIRELES, 2001, Tomo 3, p. 05. “Os políticos e a psicologia”. 04/11/1930.

assim como também deixava transparecer seu temor a Escola nova, que trazia o ideal de educação como sendo pública e laica, na qual as famílias teriam outro papel na educação e na criação de seus membros. Para a igreja este decreto foi recebido como uma grande vitória, visto que os anos da escola laica e pública eram tidos com grande desconforto pela organização que historicamente subordinava as populações mais encarecidas de ensino, dando lhes como fonte de aprendizagem a catequese.

Para o governo o objetivo era “sanear o ambiente moral da pátria” (LAMEGO 1996, p. 154), palavras do então presidente Getúlio Vargas. O governo afirmava que “formar o homem é orienta-lo para dirigir a perfeição de sua natureza e realizar a plenitude dos seus destinos, e qualquer atitude em face das questões da natureza e dos destinos humanos envolve, implícita ou explicitamente, uma solução do problema religioso” (LAMEGO 1996, p. 154). O objetivo do governo era alcançar todas as forças moralizadoras que tivessem créditos com a população, assim conseguiria construir bases sólidas e se estabelecer com o apoio da maioria da população. As características ideológicas que separavam os grupos de educação, mostravam a distância entre as ideias destes grupos, se para os escolas-novistas a escola laica era um sinônimo de liberdade, para a igreja católica este só viria de acordo com os interesses e necessidades religiosas das famílias brasileiras.

O governo atendia às expectativas da igreja e dava provas de sua fidelidade ao catolicismo ao associar a imagem do governo com a base tradicional e moral da igreja. O próprio Ministro da Educação, Francisco Campos, afirmou: “O Brasil nasceu católico, sob a influência do catolicismo se formou a nossa nacionalidade, e católica é, ainda, quase na sua totalidade, a população brasileira”. Os educadores da época ainda acreditavam que na revolução algo pudesse ser corrigido e as publicações em jornais eram recorrentes, principalmente os ataques ao Ministro da educação. Certamente, as críticas não declaradas ao então presidente Vargas, soavam como uma certa pretensão dos escola-novistas em terem espaços no Ministério da Educação. Frota Pessoa mostra certa condescendência no artigo “Paradigma da nossa cultura” publicado na Página da Educação, dirigida por Cecília Meireles, quando escreve “Provavelmente o equívoco se deve ao poder de sedução e ao dom persuasivo do Ministro Francisco Campos, que justificou o anteprojeto em uma erudita exposição de motivos” (LAMEGO 1996, p. 75).

A disputa pela educação e a contrariedade ao ensino religioso é fomentada pela imprensa e ainda que toda e qualquer manifestação fosse sempre noticiada a dúvida seria

sempre sobre a reforma proposta por Fernando de Azevedo que cabia em modernizar a relação do indivíduo com a sociedade, a partir da escola, que trazia também uma educação sem divisões de sexo, raça e religião. Tristemente após a rejeição da reforma da educação, de Fernando Azevedo, Cecília Meireles que acompanhava prontamente tudo de perto lhe escreveu uma carta:

Junto com esta carta, envio-lhe, a pedido do meu amigo Prof. Geraldo Seguel, um número da 'Revista de Pedagogia', de Madri, em que vem um artigo sobre a sua Reforma. Isso servirá para lhe demonstrar, mais uma vez, que não houve, apenas, mas continuará a haver um pequeno grupo de criaturas dispostas a defender essa obra que o Sr. quis oferecer ao Brasil(LAMEGO 1996, p. 140).

A luta pela democratização da escola e contra o Ensino Religioso se prolongou até meados de 1931, sem obter sucesso. Na Página da Educação, Cecília Meireles incansavelmente escreveu artigos críticos ao modo autoritário do governo Vargas. Mas em 1933, se supõe que Meireles tenha chegado ao seu limite, assim, deixa a Página da Educação. Nos comentários de Cecília na Página da Educação eram depositados todas as suas visões e perspectivas com relação a tudo o que se referia a educação e sociedade. Em seu último comentário Meireles declara: “Além de ser um sonho, essa página foi também uma realidade enérgica, que, muitas vezes, para sustentar sua justiça teve de ser impiedosa e pela força de sua pureza pode ter parecido cruel”.

### **Uma intelectual mulher no debate**

Intelectual<sup>16</sup> que era, Meireles participou intensamente dos debates públicos sobre a configuração do campo educacional Brasil que brotava intensamente nos anos 30 do século XX. Estudar as ideias ou a trajetória de uma intelectual não pode representar um “um culto personalista de expoentes das letras e da cultura” mas ver seus posicionamentos num contexto entre “diversos projetos formativos que demarcam as disputas em torno da direção dos processos de formação das novas gerações” (VIERA 2007, p. 271). Nos inquieta que Meireles seja uma mulher e isto representa muito pois “o gênero é a primeira instância de relações de poder” (CAMPOI, 2015, p. 109). Sendo assim, Meireles era uma

---

<sup>16</sup> Considerado aqui na visão gramsciana que os define como organizadores da cultura.

intelectual, mas uma intelectual mulher num mundo onde o modelo burguês de sociedade “estipula o espaço público como lugar masculino e o âmbito privado como feminino”.

Seu pensamento laico e a sua manifestação pública num prestigioso jornal na capital do país questionava fortemente os papéis sociais definidos por meio das diferenças sexuais. Foi nesse mesmo contexto em que os textos de Meireles são publicados que, no ano 1932, as mulheres conquistaram o direito ao voto no Brasil. Os estudos sobre gênero nos auxiliam no entendimento sobre as desigualdades e as relações de poder entre homens e mulheres, e a desqualificação do trabalho da mulher, bem como a sua invisibilidade na história. Buscar entender a trajetória de Meireles pode nos ajudar a mudar a visão e as perspectivas em estudos, dando visibilidade às mulheres em meio a grupos masculinos, visto a baixa participação feminina no contexto histórico em que viva. Nesse período, nos grandes centros do Brasil, o espaço da mulher ainda estava restrito ao domínio do lar. Seu destino era ser mãe e zelar pela moral da família, o sustento cabia ao homem (LOURO, 2008, p.453).

Certamente Meireles não se encaixava neste nesta perspectiva de vida utilizando-se de sua escrita jornalística para defender a educação, e expressava de maneira forte publicamente suas ideias. Era uma das poucas mulheres a se revelar na sociedade dentro desta área. Segundo Soihet e Pedro (2007, p.282), falar sobre a presença da mulher na história, em um domínio sempre reservado aos homens, torna-se uma tarefa difícil, devido ao caráter universal atribuído ao sujeito da história representado pela categoria homem. Ainda que Cecília Meireles tenha se destacado grandemente em um momento tão importante na história do nosso país, muito pouco se falou ou se fala sobre a sua luta como mulher por uma educação pública, laica e sem segregação de gêneros. A palavra gênero começou a ser usada dentro dos debates que se travaram dentro do movimento feminista.

Em um ambiente predominantemente masculino, como mulher entendeu a importância do seu papel na imprensa e em como poderia ser uma agente da transformação social e educacional por meio do jornal. Fez do jornal diário o meio de comunicação privilegiado para seus apontamentos e críticas ao modelo de educação da época. Não poupava em seus comentários sua indignação que tinham como alvo destacado ao Ministro da Educação da época Francisco Campos. O motivo principal foi o Decreto do ensino religioso (“antipedagógico e antissocial”) (MEIRELES, 2001, Tomo 3, p. 15) que significou para Cecília Meireles um retrocesso e a propagação do preconceito e desrespeito

à liberdade individual de cada ser, uma vez que no âmbito escolar a necessidade da diversidade democrática era uma proposta inegociável. Uma marca fundacional deste pensamento surge com o comentário que, dirigido ao presidente Getúlio Vargas, acusa de ter cometido um “grave erro” ao assinar o decreto do ensino religioso

Este decreto vai ser a porta aberta para uma série de tristes ocorrências. Por ele podemos chegar até as guerras religiosas. É justamente em atenção aos sentimentos de fraternidade universal que a escola deve ser laica. Laica não quer dizer contrária a nenhuma religião, significa somente neutra, isenta de preocupações dessa natureza. A educação moderna fundamenta-se na evolução biológica do indivíduo. É um princípio mundialmente aceito em Pedagogia, que o ensino devia seguir passo a passo o desenvolvimento de cada uma das faculdades, - e um erro gravíssimo a perturbação desse desenvolvimento regular, pela intromissão de dados em desacordo com as suas várias etapas. Só por aí se vê que o estudo de uma religião qualquer não é adequado a crianças nem a mocinhos de liceu, - desde que se pretenda fazer, na verdade, alguma coisa séria, eficiente, de significação profunda e dignificadora<sup>17</sup>.

Desde o jornal pede a revogação do Decreto não desde uma visão anti-religiosa nem ateia mas, reivindica como companheiros de luta também aos “[...] protestantes, espíritas, positivistas e livres-pensadores [...]” (p. 23) que também insistiam publicamente nos resultados nefastos do Decreto. Num artigo intitulado “Ensino católico” denuncia que o decreto “produziu uma singular situação. Todos os adeptos de todas religiões protestaram e pediram, solicitaram, rogaram a sua revogação. Mas os da seita católica mandaram ao governo telegrama de parabéns. Como se facultar o ensino religioso fosse tornar obrigatório o ensino católico” (MEIRELES, 2001, Tomo 3, p. 79). Então não é principalmente uma questão de debate religioso o que impulsiona o debate porque o decreto “[...] muito Idade Média, cuja finalidade prática, todos o sabem, é meramente política”<sup>18</sup>. Sendo assim, uma crítica realizada desde uma visão liberal clássica que chama de “enganadora” a Revolução de 1930 que se “fez passar por liberal”<sup>19</sup> e que impões um decreto que advém de “religiões que cobiçaram fazer, antes de tudo, política imperialista[...] a sua divindade se nutre da desgraça humana, da humilhação e a mentira, da fraude, da opressão, da guerra”<sup>20</sup>.

<sup>17</sup> MEIRELES “*Como se originam as guerras religiosas*”. 02/05/1931. Em LAMEGO 1996, p. 164

<sup>18</sup> MEIRELES, 2001, Tomo 3, p. 25. “Entre as pontas do dilema”. 14/05/1931

<sup>19</sup> MEIRELES, 2001, Tomo 3, p. 28. “Aquele desastrado decreto”. 29/05/1931

<sup>20</sup> MEIRELES, 2001, Tomo 3, p. 29. “Aquele desastrado decreto”. 29/05/1931

Para Meirelles, existia no Brasil uma situação “tremenda”<sup>21</sup> em relação ao campo educacional por dois motivos: a alfabetização das massas (indo além: “não é propriamente alfabetização, mas cultura existente”<sup>22</sup>) e há uma outra, muito mais grave, porque diretamente ligada às conveniências políticas: a questão religiosa, ou melhor, o compromisso do ensino católico nas escolas, que, segundo se afirma, o Sr. Getúlio Vargas, querendo ainda salvar a honra da revolução LIBERAL, resolveu chamar de ensino religioso [...]”<sup>23</sup>. Então esse problema do analfabetismo e do catolicismo (Meirelles falava até engraçadamente do catolicismo “esse que anda por aí”<sup>24</sup>) tinham criado o seguinte dilema: “o Brasil tem de ser ou educado ou catolicizado. Qual das duas coisas convém ao povo? Qual das duas coisas é a necessária, a indispensável, a urgente? Mas há outra forma de perguntar: Qual das duas interessa à política? A cultura liberta. O catolicismo escraviza. E ambos os termos do dilema se repelem”<sup>25</sup>.

Meireles trazia a tona a questão da singularidade e a necessidade de trabalhar de maneira a conhecer o estudante e por meio da possibilidade de experiências abrindo o caminho para o conhecimento desde uma perspectiva modernizante da educação. Mas, foi esta visão de educação que sofreu barreiras duríssimas com o decreto do ensino religioso nas escolas e a jornalista sustentou sua opinião de respeito à singularidade na base de uma escola que não devia fazer menção nem pertencer a nenhum credo específico isto é: uma escola laica.

Não sei se terei respondido suficientemente à pergunta que me propus. Eu queria ter mostrado que a educação não é uma função arbitrária, que se exerce de acordo com estes ou aqueles interesses, mas, ao contrário, é a fórmula de conduzir o indivíduo à posse perfeita de si mesmo, dentro de uma rigorosa isenção por parte dos que lhe oferecem essa oportunidade; quereria que fossem evidentes as razões de ser dessa isenção, pela ausência de autoridade, no homem, para ordenar no destino de outro homem, sob pretexto de qualquer superioridade ou privilégio, bem como pelo próprio respeito devido à evolução natural de cada um, segundo as suas próprias disposições, favorecidas até a mais perfeita plenitude; quereria mostrar que, pelo fato de se fazer isenta, em relação ao aluno, a escola leiga não justifica de nenhum modo a calúnia que lhe inventaram de ser amoral, imoral ou anti-religiosa: ela é rigorosamente informativa, e sem partido de qualquer espécie; quereria também ter deixado clara a compreensão que os seus delatores têm acerca da moral e da religião, e da lamentável inferioridade em que ficam os seus processos práticos de

<sup>21</sup> MEIRELES, 2001, Tomo 3, p.41. “Um problema insolúvel”. 18/07/1931

<sup>22</sup> MEIRELES, 2001, Tomo 3, p.42. “Um problema insolúvel”. 18/07/1931

<sup>23</sup> MEIRELES, 2001, Tomo 3, p.42. “Um problema insolúvel”. 18/07/1931

<sup>24</sup> MEIRELES, 2001, Tomo 3, p.42. “Um problema insolúvel”. 18/07/1931

<sup>25</sup> MEIRELES, 2001, Tomo 3, p.42. “Um problema insolúvel”. 18/07/1931

aplicação e correção moral ativa [...] que a escola leiga favorece, dentro das órbitas insofismáveis de conhecimento e ação psicológica. Queria, por fim, dizer que escola leiga, sem servir a nenhuma religião, é a mais religiosa das escolas, porque serve a todas, fazendo-as igualmente respeitadas, aína quando entra na apreciação dos seus próprios defeitos<sup>26</sup>.

Este modelo de educação laico, supõe uma concepção sobre a criança que exige da instituição escolar respeitar as diferenças de forma significativa, um modelo de educação que sustenta o respeito à diversidade. A ideia de laicidade em Meireles tem como base a criança como um ser singular que necessita que a instituição lhe proporcione condições que atendam às suas necessidades e não o contrário. Denuncia a realidade utilizando uma alegórica comparação afirmando que “o mesmo que a democracia, entre nós, tinha sido para o povo foi também a escola para a criança”<sup>27</sup>.

Em seus debates na Página da Educação, Cecília Meireles sempre procurava ressaltar a importância de se respeitar o universo infantil, inúmeras vezes ignorado pelos adultos. Meireles chamava atenção para que todas as dúvidas, questionamentos, e especificidades da infância fossem respeitosamente ouvidas. “A alma infantil, como aliás a alma humana, não se revela jamais completa e subitamente como uma janela que se abre deixando ver todo o cenário. Suas comunicações com o exterior – e até consigo mesma – se fazem veladamente, aos poucos, mediante detalhes de tão grande reserva que frequentes vezes passam de todo despercebidos”<sup>28</sup>

Ao analisar esta vertente histórica de infância podemos dizer que não há uma única concepção de infância, todas as concepções foram geradas de acordo com o momento em que se vivia. Os pensadores da Escola Nova que traziam o ideia de uma nova era para o Brasil, traziam consigo a ideia de romper o conceito que se mantinha sobre a infância, que se entendia como a imperfeição do ser humano (adulto pequeno), acreditando em um novo modelo de projeto educacional e conseqüentemente um novo modelo de sociedade. Assim era o projeto de um novo Brasil, por meio da educação, mantendo todo foco na criança, que futuramente construiria a nação. A educadora enfatiza a ideia de uma criança que é capaz de pensar e sendo assim deve ser ouvida e ensinada de forma coerente.

Quando nos aproximamos do mundo infantil, o primeiro cuidado que devemos ter é o de agir de tal modo, que entre nós e as crianças se

<sup>26</sup> MEIRELES, “Por que a escola deve ser leiga?” Página de Educação, 04/03/1932.

<sup>27</sup> MEIRELES, 2001, Tomo 3, p. 09. “Política e pedagogia”. 16/11/1930

<sup>28</sup> MEIRELES, 2001, Tomo 1, p. 169. “Os indícios da alma infantil”. 18/12/1930.

estabeleça uma ponte de absoluta confiança, por onde possamos ir até elas, e elas, por sua vez, sejam capazes de vir até nós<sup>29</sup>

Em outras palavras de Cecília: “a criança não é um boneco”, cujas habilidades ou inabilidades se exploram mas um ser humano com todo o potencial e também as possibilidades de involução por isso “são condenáveis todas as atitudes que a rebaixem, ou que lhe estorvem o seu normal desenvolvimento”<sup>30</sup>. A oposição à imposição de uma única religião no ambiente escolar esta sustentado na perspectiva de que dito ensinamento é condenável pela “[...] inadaptabilidade de esse ensino às crianças...”<sup>31</sup>. É fundamental que a escola não lhe imponha uma religião, mas que respeite as diferentes posições religiosas e não religiosas “pois a criança em estado de pureza, e que não é nem um objeto satânico, nem um caso de anomalia mental, não tem, absolutamente, nenhuma preocupação religiosa”<sup>32</sup>. Sendo assim “na alma simples e complexa, ao mesmo tempo, da infância”.<sup>33</sup> A escola deve considerar

[...] como a criança não joga com ideias, mas com fatos, dentro do atual conceito pedagógico... a sua formação moral não pode depender de fórmulas abstratas, decoradas em textos religiosos, mas no próprio exemplo que lhe é fornecido diariamente, pelos que a rodeiam, na escola, no lar, na vida. Ela será, fatalmente, o produto desse ambiente. E como é comum os livros de religião dizerem uma coisa e os adeptos dessa mesma religião fazerem outra absolutamente oposta, a criança chega, fatalmente, à descrença, ao ceticismo, ou ao cinisimo, conforme o jogo dos fatores, na elaboração desse produto [...]. Logo, o ensino religioso é também contraproducente. Nem há maior inimigo de uma religião que um espírito verdadeiramente puro que ela saiu forçado pela verificação da hipocrisia dos que pregam<sup>34</sup>.

A criança na visão de Meirelles muito influenciada pela concepção pedagógica de John Dewey “observa os fatos, e ou os estuda sozinha, comparando, experimentando, construindo, ou recorre, de vez em quando, a uma explicação dos adultos enquanto merecem a sua confiança [...]”<sup>35</sup>. A procura de explicações racionais entram em perigo

<sup>29</sup> MEIRELES, “Nós e as crianças”. Diário de Notícias, 24 de outubro de 1930.

<sup>30</sup> MEIRELES, Diário de Notícias, 21 de novembro de 1930.

<sup>31</sup> MEIRELES, 2001, Tomo 3, p. 26. “Entre as pontas do dilema”. 14/05/1931

<sup>32</sup> MEIRELES, 2001, Tomo 3, p. 19. “As crianças e a religião”. 05/05/1931

<sup>33</sup> MEIRELES, 2001, Tomo 3, p. 09. “Política e pedagogia”. 16/11/1930

<sup>34</sup> MEIRELES, 2001, Tomo 3, p. 16. “Como se originam as guerras religiosas”. 16/11/1930

<sup>35</sup> MEIRELES, 2001, Tomo 3, p. 19. “As crianças e a religião”. 05/05/1931

quando uma espécie de divindade acaba sendo oferecido como “causa de todas as coisas, principalmente das coisas ruins, que são as que mais a preocupam, justamente pelo contraste como a sua natureza, e porque não são socorridas por uma explicação clara, simples, científica, verdadeira” p. 20. Nos textos, o pensamento e a liberdade não podem ter como limite o “medo”, a visão de um deus castigador porque não “é assim que a humanidade vai progredir? Pelo impulso do medo”<sup>36</sup>. E afirmava em texto artigo publicado em 1931 que o que será ensinado as crianças nas escolas “não é Deus, é o diabo”.

Não lhes vão falar no espóirtio imortal da vida, na sua grandeza, e no seu mistério. Para isso, ão seria preciso uma aul especial de religião: bastaria a contemplação respeitosa de uma planta que cresce, de um animal que vive, da luz de uma estrela, do desenvolvimento de uma flor. Isso pertence a pedagogia moderna<sup>37</sup>.

Desde a Página da Educação, Meireles mostrou sua posição política voltada ao ensino laico, sem intencionalizar a não religião, mas o contrário uma educação que respeitasse a todos independente de credo ou não. O decreto do ensino religioso trazia a Meireles profunda preocupação, pois iria contra o direito do ser humano, e especialmente do ser criança de ter liberdade para desenvolver seu próprio pensamento sem influência religiosa imposta e única. Este tipo de ensino desrespeita todo o processo de desenvolvimento da própria autonomia do ser dentro da própria escola, quando na verdade o ensino não deveria pautar-se em formas abstratas de ensino (muito menos em relação a valores), como é a religião, e sim nas experiências vividas e por inúmeras vivências dentro da escola que detém todo o poder de ensino e conhecimento.

[...] O povo precisa tomar conhecimento de si mesmo. É um benefício que ainda não está devidamente generalizado. E aí é que intervém a obra educacional em toda sua significação útil. A vida faz-se de sonho. Mas de sonho clarividente. A educação tem de ser o sonho e a clarividência de cada um, conciliados definitivamente, no mesmo ritmo de todos<sup>38</sup>.

A luta de Cecília Meireles pela laicidade do ensino, fez com que a Página da Educação se tornasse um grande campo de debates tendo sempre como foco a concepção de criança, que em última instância, implica sempre um projeto de sociedade e o

<sup>36</sup> MEIRELES, 2001, Tomo 3, p. 20. “As crianças e a religião”. 05/05/1931

<sup>37</sup> MEIRELES, 2001, Tomo 3, p. 20 “As crianças e a religião”. 05/05/1931

<sup>38</sup> MEIRELES, “Política, liberdade e educação”. 08/10/1932. Em LAMEGO, 1996, p.202.

questionamento sobre para que futuro educar. Em um de seus inúmeros comentários Meireles diz sobre a infância “tem de ser o começo da vida que a Revolução sonhou para o Brasil. Mas se essa mesma Revolução se esquece dessa infância que vai ser feito desse Brasil?” Uma Revolução pautada em um decreto de ensino religioso, “é um agravo à liberdade de ser brasileiro e de ser humano [...]”. Diante desse cenário “que transformação se pode esperar no sombrio amanhã para onde nos dirigimos?”<sup>39</sup>

O agir dentro do jornal, na vida da poetisa, foi uma opção política em forma de trincheira<sup>40</sup> e, entre abril de 1931 até 1932, suas armas foram dirigidas contra o ensino religioso. Cecília fazia valer sua posição dentro do jornalismo, tendo o propósito de deixar nas páginas impressas suas reflexões sobre todos os acontecimentos daquela década, assim declarou: “Apesar das minhas resoluções de ser árvore e do meu confessado horror pelo jornalismo, veja o que e aconteceu: acabam de convidar-me para fazer semanalmente a 1º página do suplemento da nação, que deve aparecer com outro feitio de domingo que vem a oito dias. Ainda não aceitei nem recusei. Mas talvez acabe aceitando, pois trata-se de escrever impressões rápidas sobre os acontecimentos semanais - menos política, disseram-me - e pode ser uma boa forma de continuar a brincar com a vida, que é todo o meu programa atual. O que eu acho difícil é deixar de falar de política, estando reunida a Constituinte, e depois das eleições de Hitler, das angústias da França, da aliança russo-americana, etc.”<sup>41</sup>

A censura por parte da imprensa que impunha a Cecília a condição de não falar sobre política<sup>42</sup>, diz muito sobre a época em que a poetisa viveu e na luta que precisava travar todos os dias por ser mulher e ter coragem. Muitos eram os fatores que somavam para que mulheres na época se sentissem a margem do processo de construção de uma cidadania nacional, Meireles como escritora não escapou desse sentimento assim como tantas outras escritoras latino-americanas. Em uma entrevista, reclama sobre o baixo salário de professoras em vista do salário de professores homens e sobre as mulheres não

<sup>39</sup> MEIRELES, “Matéria educacional”. 26 de setembro de 1931.

<sup>40</sup> Dentre todas as cartas destinadas a Fernando de Azevedo, Cecília escreve uma que representa um estilo de embate intelectual “É certo que eu gostaria mais, talvez de estar exercendo uma ação mais nitidamente construtiva. Mas combater e destruir também são fórmulas de edificar. E a gente tem que se resolver a viver de acordo com a atmosfera que existe, sob pena de se inutilizar completamente”. Correspondência de Cecília Meireles para Fernando de Azevedo, 08 de Abril de 1931 (LAMEGO, 1996, p. 211).

<sup>41</sup> Correspondência de Cecília Meireles para Fernando de Azevedo, 15 de novembro de 1933 (LAMEGO 1996, p. 234).

<sup>42</sup> “Não há provas de que Cecília Meireles tenha sido pressionada a deixar a Página por motivos políticos, ainda que essa hipótese não seja de todo desarrazoada. Em novembro de 1933 a poetisa foi convidada para retornar à imprensa, mas com uma condição: não falar em política” (LAMEGO, 1996, p. 109).

exercerem sequer a cidadania no direito ao voto. Um entrevistado comenta: “Em Boston, os homens ganham mais que as mulheres. É muito justo porque em regra são os responsáveis pela família”. Cecília responde: “Por questão de solidariedade feminina, não concordamos integralmente”. O entrevistado prossegue: “Pois sabe o que fizeram as mulheres de Boston? Declararam que só dariam seu voto para deputado ao cidadão que se comprometesse a igualar os vencimentos...” Cecília responde: “Como se vê, nem o exemplo delas podemos aproveitar”. Ainda que a República do Brasil tenha sido construída de maneira restrita toda questão envolvendo as mulheres, é possível notar que na década de 1930 as mulheres começaram a tomar partido da vida pública, como mostravam os jornais da época, que diziam sobre “o heroísmo da mulher brasileira” além de grupos femininos distintos entre as décadas de 20 e 30 reivindicarem direitos para as mulheres. Dentre as reivindicações destacavam-se a educação, a religião e a política.

Em 1933, Cecília Meireles abandona o posto de jornalista e o motivo é desconhecido afirmando que o Brasil devia ser educado e é a cultura que liberta. Mesmo que a poetisa, educadora e jornalista alegasse cansaço e tristeza por uma luta incessante pela educação democrática e laica, não se pode descartar a possível pressão em cima de Meireles para que deixasse o seu posto, mesmo que não existem provas para tanto, o que existe são motivos mais que suficientes para seu afastamento em um momento de censura.

Em carta a Fernando Azevedo, Meireles escreve:

Quando penso no grupo do Manifesto, imagino muitas vitórias a ganhar, mas esta dissolução em que vejo caírem todos os grupos e partidos, esta ausência de continuidade nas iniciativas, esta desagregação dos elementos que uma única intenção reuniu e que se deviam manter fiéis até o fim - tudo isso me desilude e impressiona. Não sei como se possa viver sem um sonho grande, e sem a disposição heroica de o servir. Não sei como se possa ser criatura humana sem uma aspiração para feitos maiores, e o gosto de aventura do espírito, e essa tentação de ganhar, ainda que certamente, com a possibilidade também de perder. Faz-me mal ver a vida sem brilho, sem esperanças, sem glórias e sem desastres. Pensar que houve uma Revolução e continuamos assim [...] (*apud* LAMEGO, 1996, p. 234).

Em novembro do mesmo ano, Cecília Meireles é convidada para voltar ao jornal, mas desta vez sem falar sobre política, e não aceita. Depois do afastamento de Meireles, o professor Atílio Vivácqua dá prosseguimento na Página da Educação com apoio de alguns escola-novistas, mas o jornal acaba por perder suas forças. Um ano depois, a Constituição de 1934 garantiu e ampliou a vitória da Igreja Católica nos destinos do ensino público

brasileiro. Dispositivo que será mantido nas Constituições Federais de 1946, 1967 e 1988 e, no âmbito estadual, pelas Constituições federais de 1935, 1946 e 1989.

## Referências

- BALHANA, Carlos Alberto de Freitas. **Ideias em confronto**. Curitiba, Grafipar, 1981.
- CAMPOS, Névio de. Intelectuais católicos e a educação no Paraná nas décadas de 1920 e 1930. In: VIEIRA, Carlos Eduardo. **Intelectuais, Educação e Modernidade no Paraná (1886-1964)**. Curitiba: Ed. UFPR, 2007.
- CAMPOI, Isabela Candeloro. Apontamentos para uma história das mulheres no espaço público: entre heranças e desafios. In: HAHN, Fábio André; MEZZOMO, Frank Antônio (org.). **Ensaio de história: ensino, historiografia e gênero**. Campo Mourão, Fecilcam, 2015.
- CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **A Laicidade do Estado Brasileiro**. Brasília: Verbena Editora, 2016.
- CUNHA, Luiz Antônio. **Educação e Religiões: a descolonização religiosa da Escola Pública**. Belo Horizonte. Mazza Edições, 2013.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. Ensino religioso. Retrato histórico de uma polêmica. In: CARVALHO, Carlos Herique; GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado, Igreja e educação: o mundo ibero-americano nos séculos XIX e XX**. Campinas: Editora Alínea, 2010.
- DINIZ, Debora; LIONÇO, Tatiana; CARRIÃO, Vanessa. **Laicidade e ensino religioso no Brasil**. Brasília: Letras Livres/Ed. Unb/Unesco Brasil, 2010.
- GOMES, Â. Essa; KORNIS, M. Centro; RODRIGUES, C. Ordem; VELLOSO, M. Ordem (v. 21, 1978). VILLAÇA, A. **Pensamento**. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ORDEM,%20A.pdf>. Acesso em 29/09/2017.
- LAMEGO, Valeria. **A farpa e a lira**. Cecília Meireles na Revolução de 1930. Rio de Janeiro. Record. 1996.
- MEIRELES, Cecília. **Crônicas de Educação**. Tomos I, II, III, IV e V. Rio de Janeiro. Nova Fronteira; Fundação da Biblioteca Nacional. 2001.
- RANQUETAT JR, Cesar A. **Laicidade, Laicismo e Secularização: Definindo e esclarecendo conceitos**. Disponível em: <  
<http://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/773/532> > Acesso em 12 ago. 2016.
- VIEIRA, Carlos Eduardo (org). **Intelectuais, Educação e Modernidade no Paraná (1886-1964)**. Curitiba: Ed. UFPR, 2007.
- ZYLBERSZTAJN, Joana. **A Laicidade do Estado Brasileiro**. Brasília: Verbena Editora, 2016.

Recebido em: 17 de setembro de 2018.  
Aprovado em: 05 de novembro de 2018.